

## Sessão de Abertura

CNE

CNE

Senhor Presidente da República

Senhor Ministro da Educação  
Senhores Conselheiros  
Senhores Convidados e Intervenientes  
Senhores Participantes  
Caros Amigos,

As minhas primeiras palavras são para agradecer a presença de todos, mas, de uma forma especial, agradecer a Sua Excelência o Presidente da República, cuja presença no Conselho Nacional de Educação muito nos honra e confirma o reconhecimento do empenho e do esforço de todos os Senhores Conselheiros no desempenho da missão que lhes foi confiada.

Permita-me, Senhor Presidente da República, que comece por evocar a colaboração que este Conselho teve a oportunidade e a honra de estabelecer, em 1998, no âmbito de uma “Semana da Educação”, promovida por Vossa Excelência. Em resposta ao apelo que nos foi dirigido, o Conselho organizou e publicou um livro com o sugestivo título de “Educação: Memórias e Testemunhos”. Estruturado em forma de antologia, recolhendo textos de várias personalidades cuja reflexão e intervenção no campo da Educação se tornou notória, resultou numa obra de inegável pluralismo, mas cuja leitura nos encaminha das memórias do passado recente para as linhas de rumo essenciais à educação do futuro.

Diria que nesse livro se contêm os pilares da identidade e especificidade do projecto educativo nacional que, muito especialmente no presente, urge avaliar, corrigir e reconstruir.

Quatro anos passaram e muitos dos temas abordados nessa obra vieram a conhecer aprofundamentos e desenvolvimentos, de forma directa ou implícita, nos estudos, reflexões e debates entretanto promovidos pelo Conselho.

---

\* Presidente do Conselho Nacional de Educação

Neste momento, julgo que seria importante, com o contributo da palavra avisada e esclarecida de Vossa Excelência, Senhor Presidente da República, reformularmos as linhas de actuação no domínio da política educativa, não apenas com o apoio dos Conselheiros, mas destes em diálogo com destacadas personalidades da nossa vida social, política, científica e cultural de hoje.

Com efeito, face aos problemas e desafios actuais que não provocam por si mesmos a crise da educação, mas que obrigam esta a reestruturar-se para fazer face à mudança global e generalizada de toda a sociedade, creio que, olhando o futuro, poderíamos recriar, a partir das memórias e dos testemunhos, os grandes desígnios para a educação do nosso país. Seria o contributo educativo para um conceito estratégico de afirmação nacional.

Estamos conscientes, passadas que são também as grandes utopias ideológicas, de que a grande sabedoria dos nossos tempos está, não nas rupturas e nas reformas, mas no saber ligar o passado com o futuro através de mudanças participadas, sustentadas, coerentes com objectivos claramente definidos.

É o que pretende o Conselho Nacional de Educação ao promover, desde o início deste ano lectivo, através de uma série de jornadas, um Forum sobre “Qualidade e Avaliação da Educação”. O Forum termina hoje com este debate de encerramento. A Avaliação da Educação, que ganhou visibilidade no espaço público com a divulgação dos resultados e indicadores de ensino-aprendizagem e da mobilização da opinião pública em torno destes, não se circunscreve, por importante que seja, à análise dos dados quantitativos referentes ao bom desempenho escolar.

É um processo complexo, em que há que atender aos diferentes quadros de pensamento que são utilizados como grelha de leitura desses dados e ao uso social e mediático que é feito dos mesmos. Por sua vez, a qualidade da educação, cuja melhoria constitui um objectivo nacional, europeu, e mesmo, mundial, é um conceito que necessita de ser clarificado, debatido e operacionalizado.

O esclarecimento e a articulação entre os conceitos de Avaliação e Qualidade da Educação modelaram os dois debates anteriores, aqui no Conselho Nacional de Educação, os quais incidiram, em especial, sobre os ensinos básico e secundário. Pretendemos que o mesmo movimento de convergência lógica entre avaliação/qualidade norteiem o debate de hoje, já não sob a forma de um exame interno ao sistema escolar/educativo, mas de um olhar mais distanciado, e, de certa maneira, exterior à intencionalidade imediata da administração e gestão educativas. É este, afinal, o sentido e alcance da colaboração que tão qualificadas personalidades se dignam hoje prestar-nos. Sendo verdade que há sectores menos presentes

aquando do debate das questões educativas, como os sectores económicos, sociais, culturais, científicos e políticos, desejaríamos, com essa relevante e generosa colaboração, tornar presentes novas perspectivas de abordagem da temática em apreço.

O Conselho Nacional de Educação tem, de resto, vindo a assumir-se como o espaço indicado, e mesmo talvez o mais adequado para este trabalho de debate público, confrontação de expectativas, concertação educativa, no sentido da construção de ideias e acordos comuns sobre os quais se possam posteriormente negociar e tomar decisões políticas concretas. É que, estatutariamente, o CNE é um órgão com funções consultivas que, sem prejuízo das competências próprias dos órgãos de soberania, deve estar em condições de proporcionar a participação da sociedade civil organizada, através dos parceiros socioeducativos que dele fazem parte, de fortalecer essa participação através do diálogo social em educação e procurar as parcerias desejáveis relativamente ao suporte da governação da política educativa.

Assim tem acontecido, efectivamente, aqui no Conselho, e gostaria hoje publicamente de agradecer a colaboração neste sentido de todos os Senhores Conselheiros com quem tem sido extremamente estimulante trabalhar. Temos procurado, e tão longe quanto possível, os confrontos e consensos em matéria de política educativa, a concertação que permita definir eixos comuns, a negociação que legitime plataformas de entendimento. Muitas vezes este nosso trabalho é pouco conhecido e reconhecido. No entanto, estamos conscientes de que estes são os alicerces mais seguros sobre os quais os poderes políticos estabelecidos podem desenhar projectos específicos, e tomar decisões no dia-a-dia. E é por isso que também relativamente ao tema objecto do nosso Fórum “Qualidade e Avaliação da Educação”, julgo adequado e auspicioso configurar o debate em torno da procura de “Um Novo Contrato Socioeducativo”. E porquê?

Nos dias de hoje, as políticas educativas, nos mais diversos níveis e áreas, confrontam-se com a exigência de melhoria da qualidade o que constitui uma das linhas fundamentais das estratégias e programas de educação a nível nacional e internacional, nomeadamente europeu.

Poderíamos dizer que a qualidade e sua avaliação substitui, neste início de século XXI, o objectivo político da educação que, durante tantas décadas, sobretudo no após guerra, se traduziu por democratização do acesso, do sucesso e igualdade de oportunidades. Objectivos, aliás, consagrados na nossa Constituição e de tantos debates e confrontos parlamentares em torno deles guardo gratas recordações.

É por isso que somos levados a dizer muitas vezes que a qualidade hoje exigida à educação e, sobretudo, considerada nas suas vertentes de instrução, de socialização, de eficácia de gestão, nos surge como uma dinâmica oposta àquela outra da educação para todos, segundo a sua especificidade e diversidade, por que tanto lutamos.

Não raramente, parece que, com alguns critérios de qualidade que colocam o país nos mais baixos lugares entre as nações, com o povo não instruído, iliterato, inculto e ignorante, se está procurando como que colmatar hipotéticos efeitos perversos do movimento de democratização da educação e da defesa desta como um bem comum, de interesse público, de justiça e de solidariedade que temos vindo a realizar nas últimas décadas, embora à custa da massificação escolar.

Por isso, esta aparente e simples questão da qualidade da educação e sua avaliação reduzida a simples e reduzidos indicadores de significado e cientificidade, por vezes, ambíguos, leva-nos – os que nos sentimos responsáveis pelos desígnios da educação do futuro do nosso país – a um esforço de compreensão e de descodificação e confrontos de discursos que traduzem expectativas, interesses e intencionalidades múltiplas e legítimas em torno dela.

É verdade que os sistemas educativos se confrontam hoje com rupturas, desfasamentos e inadequações provenientes, entre outros factores, da aceleração da produção e organização do conhecimento científico e tecnológico, de mudanças sociais, culturais e demográficas profundas, da globalização económica e política, da mudança de comportamento das gerações jovens, etc.

Se a superação de tal situação for a questão central da qualidade, então é necessário construir outros quadros de referência para a formulação das medidas de intervenção a tomar que não ponham, sobretudo, a ênfase na escola transmissiva de saberes e da perpetuação do modelo escolar clássico que serviu as gerações anteriores. Porque é no centro das estruturas tradicionais de Educação – os sistemas escolares, as escolas em particular e sua organização pedagógica e científica – que mais se acentua o desfasamento entre educação, sociedade e desenvolvimento. O sistema educativo que temos, tão claramente definido em Lei, que embora aprovada há quinze anos, por maioria parlamentar, julgo já inadequada, marginaliza e exclui hoje outros ambientes, outros espaços fora da escola, outras formas de relacionamento dos jovens com o conhecimento científico, sobretudo através das TIC, outros meios de aquisição de qualificações para a vida activa, outros processos de formação do sujeito, do cidadão, do profissional. Aliás, a tradução vivencial do conceito de educação ao longo da vida e da nossa capacidade permanente de

integração na sociedade baseada no conhecimento, obriga a questionar a escola que temos e o sentido da desorganização escolar existente. Talvez que a nova ordem ou equilíbrio que procuramos, a tal qualidade, resulte mais da inovação, de um salto qualitativo na abertura do sistema escolar do que na persistência melhorada do modelo clássico e suas técnicas e regras de organização científica e pedagógica.

Deste modo, a qualidade da educação pode ser considerada uma oportunidade para pensarmos também a educação dos nossos dias em termos de finalidades e objectivos educativos e formativos para todos os cidadãos concretos (crianças, jovens, adultos, idosos), nos seus contextos e comunidades de vida diversos, multiculturais e multiétnicos, nomeadamente no nosso País.

Perguntar, portanto, que qualidade e para quê, antes de dizer como avaliá-la, não é mera preocupação retórica. Mas é uma questão de partida para recriar um projecto educativo preciso nas suas orientações, flexível, diverso na sua concretização, apoiando-se numa mudança reflexiva de mentalidades, de práticas, com a participação de toda a sociedade.

Por isso, este debate que não poderá ser concluído hoje no CNE, não se centra apenas na necessidade de melhorar as estratégias de intervenção no campo do ensino/aprendizagem (da Matemática, do Português, do Inglês, etc.), numa maior eficácia de gestão das escolas, da reforma curricular em termos de saberes e competências adequadas à vida profissional. Essas propostas são, obviamente, fundamentais. Mas é também fundamental exigir a defesa e a construção da pessoa humana, dos seus saberes, aptidões, da sua capacidade de discutir e agir, de aceder e usufruir da cultura (literária, estética e ética), de alargar os conhecimentos em ciência reintegrando-os na cultura humanística, de desenvolver o exercício da cidadania numa perspectiva emancipatória, de justiça e de solidariedade.

Considerar apenas a qualidade nas suas vertentes de ensino/aprendizagem /resultados escolares/adequação aos requisitos de qualificação de recursos, melhoria do nosso lugar nos *rankings* internacionais, qual exercício de competitividade educativa, de mais competências linguísticas ou informáticas, etc., é muito, com certeza, se não puser em risco o valor da educação, das finalidades desta na construção da nossa identidade nacional e no desenvolvimento do sentimento de pertença a comunidades - nacional, europeia, de países de língua e cultura portuguesa - sentimento e orgulho de afirmação de nós, portugueses, neste mundo globalizado.

E, mesmo que pressionados no tempo pela nossa integração no actual espaço europeu e alargado, continua a caber à política educativa, tal como ela tem vindo a ser orientada desde a Cimeira de Lisboa, a complexa tarefa de conciliar o crescimento económico, o desenvolvimento social e sustentável no quadro de uma cidadania plena e de uma democracia participada. A qualidade, então, deve ser um conceito resultante de um consenso social e básico de valores educativos que implica a modernização das mentalidades e a capacidade de correr o risco do desafio do futuro.

É neste ambiente, porventura com confrontos múltiplos e por isso fecundos, que gostaríamos de orientar o debate, aqui, no Conselho Nacional de Educação.

É com muito prazer que participo neste seminário destinado a debater uma temática a que atribuo a maior importância.

Quero felicitar o Conselho Nacional de Educação pelo contributo que tem vindo a prestar na concertação educativa, na procura de consensos, na elaboração de importantes pareceres e propostas, e na promoção de um melhor conhecimento da nossa realidade.

Tenho defendido sistematicamente que este sector deve ser encarado como uma responsabilidade de toda a Sociedade, exigindo o envolvimento de diferentes parceiros no debate e na acção. Considero por isso o papel do vosso Conselho da maior relevância.

Minhas Senhoras e Meus Senhores

Este é um momento de balanço e reflexão sobre os caminhos percorridos e sobre os desafios do futuro. Permitam-me por isso que vos transmita algumas experiências e considerações sobre este sector.

Desde o início do meu primeiro mandato que tenho vindo a acompanhar situações e problemas educativos, através de visitas realizadas em todos os níveis de ensino e de encontros com diferentes parceiros e estudiosos destas matérias.

É com o maior interesse que tenho conhecido o trabalho que se realiza hoje em projectos de excelência, no plano da ciência e do ensino, e que tenho contactado realidades bem diferentes e difíceis, vividas, por exemplo, nas pequenas escolas do mundo rural, ou nas periferias das grandes cidades. Nestes casos, em que se vive um quotidiano muito difícil, tenho conhecido projectos de grande qualidade, portadores de novas soluções para novos problemas.

Projectos em que os alunos, cuja vida decorre com grandes privações em meios sociais muito difíceis, são apoiados e orientados conseguindo, com esforço individual e das suas escolas, vencer os obstáculos com que são confrontados, afirmar-se pelas suas capacidades.

---

\* Presidente da República.

Projectos que visam criar ambientes educativos onde se aprende a participação na vida colectiva, se descobre o prazer do esforço para aprender e se estimula a formação cultural e cívica.

Projectos que são bem diferentes nos resultados atingidos, mas nos quais é igualmente legítimo falar de qualidade.

Todavia e infelizmente nem sempre o esforço individual existe, nem as instituições conseguem organizar-se para proporcionar condições de integração educativa e de qualidade nas aprendizagens. Nestas escolas, mesmo que alguns dos seus alunos obtenham grandes êxitos, persistem elevados índices de abandono e exclusão que questionam a qualidade.

Apesar do muito que há para fazer, é com optimismo e esperança que vejo a democratização do acesso a todos os níveis de ensino, do pré-escolar ao superior, verificada nas últimas décadas. Trata-se de um processo de que nos devemos orgulhar.

É também com agrado que verifico uma evolução muito positiva no modo como a sociedade em geral, e as famílias portuguesas em particular, encaram a educação considerando-a, cada vez com maior frequência, um investimento indispensável ao futuro do país e das pessoas.

Não podemos, porém, repousar, porque é necessário melhorar a qualidade, aumentar ainda os níveis de frequência e porque as respostas às necessidades de educação e formação da população activa são insuficientes e mal adaptadas aos novos públicos.

Minhas Senhoras e Meus Senhores

Porquê evocar aqui situações tão diversas e mesmo contraditórias?

**Em primeiro lugar**, por achar necessário repensar o significado de qualidade do ensino e porque considero muito importante a reflexão que o Conselho Nacional de Educação está a realizar nesse sentido. Nunca será demais associar, como o estão a fazer aqui, o binómio avaliação/qualidade. A avaliação dos alunos, dos professores e das escolas deve ser cada vez mais considerada como instrumento indispensável à promoção da qualidade.

Os processos educativos de hoje, profundamente diferentes daqueles que conhecíamos há duas ou três décadas, nos seus objectivos, nos públicos a que dizem respeito, exigem de nós humildade para reconhecer a complexidade da realidade e para evitar que se avaliem as situações de forma sumária e sem rigor, muitas vezes tendo como referências exclusivas as de um tempo em que quase tudo era diferente. Exigem também de nós humildade para reconhecer que não existem soluções feitas e que é necessário pesquisá-las com rigor. Falar em qualidade obriga a meu ver pensar essa complexidade.

**Em segundo lugar**, porque considero indispensável que, na definição das políticas, se tenha em conta a mudança verificada na composição social dos alunos em todos os níveis de ensino, na oferta formativa e na rede escolar. Não queiramos construir soluções para uma nova escola que não poderá voltar a existir, porque o mundo e os alunos não são os mesmos.

O modelo de escola destinado a populações relativamente homogêneas não serve a democracia e não se adapta às instituições que temos hoje.

**Em terceiro lugar**, porque temos uma grande diversidade de experiências positivas, visando promover a integração escolar dos alunos e uma educação de qualidade. É necessário conhecer, avaliar e divulgar essas experiências com exigência mas também com a ideia de que **a inovação e a pesquisa são necessárias à qualidade do ensino**. É indispensável desenvolver políticas para a inovação que permitam proporcionar maior qualidade numa escola em que todos aprendam.

Minhas Senhoras e Meus Senhores

Na segunda parte da minha intervenção permitam-me que partilhe convosco quatro preocupações.

**A primeira preocupação** respeita à necessidade de repensar a escola pública de ensino não superior, bem como a formação e os serviços por ela prestados. Não me conformo nem com os insuficientes resultados obtidos nos exames e nos testes internacionais, nem com os elevados índices de insucesso e abandono escolar.

Precisamos de uma escola com equipas educativas, que ofereça serviços de educação, cultura e formação profissional, e em que os alunos possam ser acompanhados nas suas dificuldades e transições. Uma escola exigente nas aprendizagens que promove e em que a vida seja organizada numa perspectiva de formação cultural e de educação para a cidadania. Uma escola que, em parceria com as famílias, as

autarquias e outras entidades locais, promova o acompanhamento de cada criança. Uma escola onde exista uma cultura de avaliação e um melhor conhecimento da vida escolar. Uma avaliação cujos resultados devem ser acessíveis e da qual é essencial que se tirem consequências.

Repensar a escola pública implica também proceder à racionalização dos recursos investidos na educação: meios humanos, verbas e equipamentos. Trata-se de matéria que exige grande responsabilidade de todos e um processo de redistribuição equilibrada que garanta às escolas e, designadamente, a escola do 1.º ciclo pode ser ainda a mais penalizada, condições mínimas de trabalho e acesso a actividades educativas e culturais.

**Uma segunda preocupação** respeita às políticas relativas ao pessoal docente e em especial ao recrutamento, colocação, avaliação e formação dos professores.

É essencial que as políticas de gestão do pessoal docente coloquem o interesse das aprendizagens e a qualidade do ensino no centro das decisões relativas à estabilização dos professores.

Os professores foram decisivos na história escolar de todos nós. A qualidade da educação continua a exigir competência a cada professor mas exige igualmente o funcionamento de equipas educativas estáveis, uma avaliação pertinente e o reconhecimento do mérito dos docentes, bem como uma formação adequada às suas funções.

Tenho conhecido excelentes professores e funcionários dedicados, cujo mérito é reconhecido pelos colegas mas que são penalizados por uma imagem negativa, injusta e prejudicial à escola, que não podemos deixar alastrar. A avaliação dos professores deve ser um instrumento de valorização e prestígio da escola.

**A minha terceira preocupação** diz respeito à educação ao longo da vida. É necessário melhorar a qualificação de todos os portugueses e redefinir a missão das instituições educativas de modo a que estas se assumam como centros de aprendizagem e formação ao longo da vida. Centros integrados nas comunidades locais com capacidade para responder a necessidades do desenvolvimento e às expectativas das pessoas, independentemente da sua idade ou do seu percurso académico.

Para que tal aconteça, é importante articular sistemas e instituições de educação e de formação, estabelecer parcerias, envolver os diversos actores e racionalizar recursos.

Estes sistemas e instituições devem servir os cidadãos, permitir o seu desenvolvimento pessoal e profissional e, dessa forma, contribuir para uma sociedade mais justa, mais coesa, mas também competitiva.

**A minha quarta preocupação** diz respeito ao ensino superior. Graças à sua evolução recente, este sector poderá ter atingido agora um ponto de viragem. Com efeito, nas últimas décadas houve um aumento de formação por forma a corresponder à procura. Nem sempre o modo e o ritmo de crescimento foi, porém, o mais adequado apesar de ter sido criado um sistema de avaliação da qualidade com o objectivo de assegurar que o crescimento não conduza a uma degradação da qualidade dos cursos.

Hoje, com a excepção de algumas áreas de formação como por exemplo a da saúde, a oferta de formação é, a nível nacional, superior à procura dos candidatos. De acordo com o Censos 2001, a percentagem da população portuguesa que atingiu o ensino superior passou de 2,6% em 1981, para 4,9% em 1991 e 10,6% em 2001. Destes cerca de 1 100 000 portugueses que atingiram o ensino superior, 390 000 são hoje estudantes, o que traduz um significativo potencial de crescimento da qualificação dos portugueses.

A diminuição da pressão para continuar a expandir o sistema cria uma oportunidade para o consolidar, reforçando a qualidade pedagógica e científica e adequando a formação oferecida às necessidades das pessoas e do desenvolvimento económico, social e cultural.

O desenvolvimento qualitativo pressupõe:

**Inovar nas ofertas de formação**, na diversificação dos percursos de formação e nas oportunidades para os nossos concidadãos que não tiveram antes a possibilidade de frequentar o ensino superior.

**Inovar na formação adequando os métodos e os conteúdos** à realidade dos estudantes de hoje e assegurando que adquirem conhecimentos e competências que lhes permitam ser cidadãos activos e cultos, e exercer com competência a profissão que escolheram.

**Diversificar os percursos** para que cada um possa escolher vias profissionalizantes ou académicas.

**Inovar nas formas de valorizar o conhecimento acumulado e as competências desenvolvidas ao longo da vida**, resultado da experiência ou de formações formais, creditando-os para o prosseguimento de estudos e a obtenção de graus ou diplomas.

**Oferecer alternativas de formação** utilizando as possibilidades de ensino à distância ou em horários e com ritmos compatíveis com as responsabilidades sociais, profissionais e familiares dos activos que queiram prosseguir os seus estudos. Tem de ser realizado um esforço considerável pelas instituições de modo a organizar programas e conteúdos pertinentes e adaptados às necessidades.

O objectivo tem de ser sempre servir os portugueses, sem vacilar na procura de cada vez mais igualdade de oportunidades, qualidade e rigor.

Felicito o Conselho Nacional de Educação por esta iniciativa e desejo-vos as maiores felicidades na vossa acção ao serviço de uma educação de qualidade, pois, como sabemos, essa é a primeira razão para podermos confiar no futuro.

CNE

